

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No início de janeiro de 2024 foi noticiada a apresentação de um plano de contingência contra a seca na região do Algarve que, de acordo com a APA, “está a viver a pior seca de sempre, nunca as águas estiveram a este nível, é uma seca duradoura cumulativa de nove anos”, prevendo-se um corte de água que poderá atingir os 70% no setor agrícola. Contudo, estes nove anos de seca coincidem com os nove anos de governação do Partido Socialista, onde se acumularam inércias e atrasos na adoção de medidas para uma gestão sustentável da água na região.

A situação de emergência hídrica que regista no Algarve está ao nível do descalabro que se regista nos setores da saúde, da educação, dos transportes e da habitação. O governo falhou na concretização das medidas que hoje fazem falta para garantir que não faltará água à população e aos seus setores de atividade.

O Plano de Eficiência Hídrica do Algarve foi lançado em 2020. Passaram quatro anos. Contudo, a sua execução tem sido insuficiente e muito pouco transparente.

Os investimentos previstos, inclusivamente ao abrigo do PRR, como a construção da central de dessalinização, a captação de água no Pomarão, a redução de perdas na rede de abastecimento ou a reutilização de águas residuais tratadas continuam a não ter o nível de execução necessário. Teria sido fundamental garantir a sua concretização atempada, bem como a adoção de medidas robustas para proteger os aquíferos face a consumos insustentáveis.

Em junho de 2023, e anteendo o agravamento da situação, o governo determinou a criação de uma “task force para aplicar limites ao uso de água no Algarve” que previa já metas de redução (por exemplo em 20% para a agricultura e para os campos de golfe). Estava previsto que esta *task force* integrasse a APA, a Direção-Geral da Agricultura e outras entidades do Ministério da Ambiente e da Agricultura, para rever os títulos de utilização de recursos hídricos que foram atribuídos, visando reduzir as pressões sobre os recursos hídricos subterrâneos em situação já bastante grave.

Contudo, mais uma vez, esta iniciativa ficou sem apresentar resultados que se conheçam, tendo a situação vindo a agravar-se. O governo ficou à espera da chuva que, mais uma vez, não chegou à região nas quantidades necessárias, reflexo das mudanças provocadas pelas alterações climáticas nos padrões de pluviosidade.

O PSD tem assumido a gestão dos recursos hídricos como uma prioridade da política de ambiente. Na legislatura que agora termina apresentámos mais de 15 iniciativas na Assembleia da República, fomos responsáveis pela criação de um Grupo de Trabalho para revisão da Lei da Água, em múltiplas audições questionámos o senhor Ministro do Ambiente sobre a situação dos recursos hídricos a nível nacional e regional.

No Orçamento do Estado para 2024, aprovámos 6 propostas de alteração que estão inscritas e que devem ser executadas, podendo ter especial relevância na região do Algarve, nomeadamente:

Artigo 186.º Monitorização de recursos hídricos

Artigo 187.º Digitalização do ciclo da água

Artigo 188.º Programa de redução das perdas de água nas redes de abastecimento

Artigo 189.º Relatório do estado das águas subterrâneas

Artigo 190.º Projeto-piloto de recarga artificial de aquíferos

Artigo 191.º Utilização de águas residuais tratadas no combate a incêndios rurais

A situação de emergência hídrica que regista no Algarve e que poderá ter consequências graves para a população e para setores de atividade como o turismo e a agricultura, implica que se acelerem os projetos e as medidas previstas para garantir uma gestão mais sustentável da água no território. No entanto, num momento em que o governo termina funções, é necessário apurar qual o ponto de situação ao nível dos planos, projetos e medidas em curso.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, através de V. Exa., o seguinte:

1. Qual é o nível de execução do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve aprovado em 2020? O que foi executado, o que está em curso, o que ficou por fazer? Justifica-se a revisão do plano após 4 anos de vigência e face ao agravamento da situação?
2. Qual é o cronograma de execução previsto dos projetos prioritários para a região, como sejam a construção da central de dessalinização ou a captação do Guadiana junto ao Pomarão?
3. Qual a execução dos projetos para reduzir as perdas de água nas redes de abastecimento e para reutilização das áreas residuais tratadas?
4. Quais os resultados do “Pacto para a Água na região do Algarve” que o governo anunciou em novembro de 2022?
5. Qual a execução das medidas previstas pela “task force” foi criada em junho de 2023? O que foi implementado e com que resultados? Qual o ponto de situação em termos de títulos de utilização de recursos hídricos atribuídos?

6. Que procedimentos estão em curso para a construção da barragem da Foupana? Qual o cronograma previsto?

7. Que diligências estão em curso no âmbito do Ministério do Ambiente para garantir o cumprimento da Lei do Orçamento do Estado para 2024, em especial face aos artigos referentes à gestão dos recursos hídricos?

8. De que forma é que o novo plano agora aprovado para fazer face à seca irá ser efetivamente aprovado? Que garantias podem ser dadas à região de que não será mais um conjunto de intenções com insuficiente execução?

Palácio de São Bento, 9 de janeiro de 2024

Deputado(a)s

RUI CRISTINA(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

DINIS FAÍSCA(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

CARLOS CAÇÃO(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

JOÃO DIAS COELHO(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)